

Todo mundo pro ataque!

Márcio G. P. Garcia¹

Em dia de jogo da seleção, vem sempre à mente o fatídico 7x1. Naquela partida de lembrança traumática, nosso capitão, David Luiz, acabou execrado por se lançar desesperadamente ao ataque tentando salvar o time. Seria muito difícil ganhar aquele jogo, mas abandonar o esquema tático para tentar reverter o resultado na marra só piorou.

Assim como a aplicação tática é fundamental para colher bons frutos nos gramados, também é preciso obedecer à boa lógica econômica para conseguir bons resultados no plano social. É certo ser desesperadora a situação de milhões de brasileiros, sobretudo de muitas crianças, que dependem das transferências de renda do governo para obter o mínimo para sobreviver. Mas desorganizar nosso já combalido arcabouço fiscal, com a desculpa de prover mais recursos para programas sociais, não ajudaria em nada os mais humildes, muito pelo contrário. Sem uma âncora fiscal, o resultado seria mais inflação e crescimento mais lento. E seriam justamente os mais pobres os maiores prejudicados.

O fim da hiperinflação, pelo plano Real, foi fundamental para melhorar significativamente a vida dos mais pobres. Politicamente, isso se traduziu nas únicas eleições presidenciais vencidas em primeiro turno, em 1994 e 1998, por um pouco carismático professor universitário. A lição foi bem aprendida. Lula, quando vitorioso em 2002, ao se dar conta de que a reação negativa dos mercados às propostas econômicas de muitos dos seus correligionários dificultaria enormemente seu governo, colocou na Fazenda um político e médico, que compôs uma equipe econômica de alto nível.

Vinte anos depois, a situação é bem diferente. Não temos mais o fantasma da vulnerabilidade externa, que ainda assombra países como a Argentina e Turquia, mas nossa situação fiscal é bem mais preocupante. O déficit público e a dívida pública são elevados e crescentes, e o Orçamento é muito mais engessado, loteado por interesses particulares.

A tentativa anterior de tentar resolver o problema fiscal, o teto de gastos, apanha hoje mais do que a Geni. Mas os resultados do teto não foram ruins. As despesas primárias (exceto juros e transferências a estados e municípios) do governo central, que vinham crescendo sempre mais rapidamente do que o PIB, aumentando de menos que 14% do PIB em 1997 para quase 20% do PIB em 2016, passaram a cair desde então (exceto em 2020, devido ao combate à pandemia), devendo fechar este ano em torno de 18,5% do PIB. Com todos os seus defeitos e exceções que se abriram, o teto parece ter contido o desenfreado crescimento dos gastos públicos, nosso principal problema macroeconômico.

¹ Pesquisador Visitante na MIT Sloan School of Management, Professor Titular do Departamento de Economia da PUC-Rio, Cátedra Vinci Partners, escreve mensalmente neste espaço (<https://sites.google.com/view/mgpgarcia>).

Muitos arguirão que o teto só impediu o crescimento explosivo das despesas públicas porque comprimiu demasiadamente a parte “boa” dos gastos públicos, associada a gastos sociais e investimento público. É um argumento a se ter em conta. Mas cabem duas observações.

A primeira é que a trajetória de crescimento dos gastos acima do PIB, que se verificava antes do teto, estava fazendo a dívida pública explodir, o que conduziria nossa economia ao desastre. Ou seja, simplesmente deixar os gastos crescerem sem limite só pioraria a situação dos mais pobres. A segunda é que o objetivo do teto era exatamente fazer com que o Congresso Nacional se visse obrigado a estabelecer prioridades. São bem conhecidas as enormes distorções e privilégios que estão dentro do orçamento público. Inúmeros estudos mostram que o governo não gasta pouco, mas gasta de forma ineficiente e injusta, sem privilegiar devidamente os mais pobres.

Infelizmente, ao contrário de 2002, o novo governo parece achar que o espaço para gastar é grande. Quando escrevo este artigo, a PEC da Transição (também chamada de PEC do Estouro) acaba de passar a primeira votação no Senado autorizando um aumento de gastos de cerca de R\$ 145 bilhões, além de retirar R\$ 60 bilhões do teto (Valor, 8/12/22), nos próximos dois anos.

O valor é muito superior ao necessário. Assegurar os R\$600 custaria mais R\$ 52 bilhões. E os R\$ 150 a mais por criança de menos de 6 anos, mais R\$ 18 bilhões, totalizando R\$ 70 bilhões. Como justificar gastos adicionais de R\$ 205 bilhões?

Brandindo a necessidade de cumprir promessas de campanha relativas ao Bolsa Família, o novo governo tenta abrir amplo espaço para a recomposição de diversos outros gastos. O noticiário é prenhe de clamores muito justos por mais gastos: merenda escolar, educação, saúde etc. O que falta é apontar os gastos não tão nobres que deveriam ser reduzidos para abrir espaço aos mais meritórios, bem como os impostos que deverão aumentar para impedir a explosão da dívida pública.

A PEC prevê que o governo apresente, até agosto, lei complementar para garantir a sustentabilidade das contas públicas. Aumentar os gastos desde já e deixar para o futuro o seu financiamento configura política fiscal irresponsável. Principalmente quando já se mostrou ser tão fácil mudar a própria Constituição, que dirá uma lei complementar. Não faltam razões para apreensão entre os que financiam a dívida pública, a cada dia mais seletivos e preocupados com a recessão que se avizinha nos países centrais.

Ao que parece, esquecendo os bons ensinamentos de 2002, o governo partiu de forma destrambelhada para o ataque, certo de que mais gasto público é o que falta ao país. Melhor faria se voltasse à boa estratégia de 2002, quando, aliás, fomos Penta! Vamos ao Hexa!